



miguilim

revista eletrônica do netli

volume 9, número 2, maio-ago. 2020

O ENSINO DA LÍNGUA MATERNA NA EDUCAÇÃO
INFANTIL À LUZ DA BASE NACIONAL COMUM
CURRICULAR (2017): UMA ANÁLISE COMPARATIVA
COM O REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA
A EDUCAÇÃO INFANTIL (1998)



TEACHING THE MATERNAL LANGUAGE IN
CHILDHOOD EDUCATION IN THE LIGHT OF THE
COMMON NATIONAL CURRICULAR BASE (2017): A
COMPARATIVE ANALYSIS WITH THE NATIONAL
REFERENCIAL CURRICULAR FOR CHILDHOOD
EDUCATION (1998)

Sabrina Nayara de Lima BRITO
Universidade Regional do Cariri, Brasil

Cicera Fernandes de Sousa RODRIGUES
Universidade Regional do Cariri, Brasil

Shalatiel Bernardo MARTINS
Universidade Regional do Cariri, Brasil

Resumo

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em dezembro de 2017, foi elaborada com a finalidade de definir uma série de aprendizagens fundamentais ao desenvolvimento da formação escolar durante a Educação Básica. Considerando que as disposições contidas nesse documento devem estar completamente implementadas – em todas as instituições de ensino no Brasil – até o início do ano letivo de 2020, faz-se necessário abordar quais determinações foram elencadas para o ensino infantil, uma vez que esta etapa é a base elementar para as etapas subsequentes. Este artigo tem por objetivo principal, analisar a organização da Educação Infantil proposta pela BNCC, em comparação a um dos principais documentos norteadores da educação infantil, observando os aspectos comuns e as diferenças, com ênfase no ensino da Língua Portuguesa, mais precisamente no processo de aquisição da linguagem oral e da escrita nesse nível da educação básica. Para isso, realizamos um estudo documental-bibliográfico comparativo baseado na versão homologada da BNCC (2017) e no Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI, 1998). A fundamentação teórica deste trabalho está pautada principalmente nos documentos oficiais referidos e na teoria sociointeracionista de Vygotsky (1984). Tal estudo demonstrou que, de acordo com o que propõe a BNCC, na educação infantil, a aprendizagem da oralidade e da escrita prescinde um ambiente interativo, sendo o professor um importante agente mediador nesse processo, mas - sobretudo - a própria criança constitui-se em sujeito ativo no seu processo de aprendizagem.

Abstract

The National Curricular Common Base (BNCC), approved in December 2017, was elaborated with the purpose of defining a series of fundamental learning to the development of the school education during the mandatory basic education period. Considering that the provisions contained in this document should be fully implemented - in all educational institutions in Brazil - until the beginning of the 2020 school year, it is necessary to address which determinations were listed for the teaching of children, since this stage is the elementary basis for subsequent steps. The purpose of this article is to analyze the organization of Early Childhood Education proposed by BNCC, in comparison with one of the main guiding documents of early childhood education, observing common aspects and differences, with emphasis on teaching the Portuguese Language, more precisely in the process of oral language acquisition and writing at this level of basic education. For this, we carried out a comparative bibliographic study based on the current version of the BNCC (2017) and the National Curriculum Framework for Early Childhood Education (RCNEI, 1998). The theoretical basis of this work is based mainly on the interactionist and constructivist theories, which pass through the two documents analyzed. This study showed that, according to what the BNCC proposes, in early childhood education, learning to speak and write does not have an interactive environment, and the teacher is an important mediator in this process, but - especially - the child itself in an active subject in their learning process.

PALAVRAS-CHAVE: BNCC. Educação Infantil. Linguagem. Criança.

KEYWORDS: BNCC. Early Childhood Education. Language. Child

Texto integral

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) surgiu não somente para corroborar o propósito firmado pelo Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) de rompimento com as perspectivas reducionistas (ora assistencialista, ora cognitivista) que imperavam no domínio da educação infantil até o final do século passado (BRASIL, 1998), mas para institucionalizar uma grade curricular comum, sob a qual as instituições de educação deveriam orientar-se.

Havendo outros documentos de validade nacional voltados para a Educação Infantil, como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil - RCNEI de 1998, surgiu entre os profissionais dessa etapa da educação básica o questionamento a respeito de possíveis divergências e convergências entre os documentos anteriores e a BNCC. É necessário ressaltar que a BNCC e nenhum outro documento oficial revogaram o RCNEI, que continua sendo um importante guia teórico e prático para a Educação Infantil.

Diante da obrigatoriedade de se implementar a Base Nacional Comum Curricular em todas as instituições de ensino no Brasil até 2020, esses profissionais têm questionado quais mudanças trouxe a Base, isto é, o que mudou com a BNCC em relação aos documentos anteriores? Assim, esperamos que este estudo sirva de apoio aos agentes das instituições de ensino da Educação Infantil.

Este artigo foi elaborado a partir da leitura de dois desses documentos nacionais voltados para a Educação Infantil: a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (2017)¹ e o Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil - RCNEI (1998). Sendo o RCNEI um dos principais documentos voltados para a orientação dos agentes da Educação Infantil, buscamos identificar possíveis semelhanças e diferenças em relação à BNCC quanto ao processo de aprendizagem e desenvolvimento da linguagem nessa primeira etapa da vida escolar.

Sendo assim, este trabalho consiste em uma revisão documental-bibliográfica, na qual os dois documentos são comparados por meio de uma metodologia quali-quantitativa, abordando as disposições a respeito da linguagem e buscando identificar qual a teoria psicolinguística que os fundamentam.

Primeiramente, trouxemos uma breve contextualização de cada um dos documentos, seguida de uma exposição sobre como a linguagem é abordada em cada um deles. Em seguida, comparamos objetivos presentes no eixo de trabalho “Linguagem oral e escrita” (RCNEI) com objetivos do campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação” (BNCC – Educação Infantil).

Entendemos que o RCNEI e a BNCC para a Educação Infantil possuem diferenças quanto à extensão e ao propósito, mas possuem mais ainda semelhanças, sobretudo ideológicas, de modo que podemos notar que, em 1998, as políticas educacionais já buscavam perfilar-se junto à teoria interacionista. Em 2017, com a BNCC, além da relevância dada ao aprendizado adquirido através das brincadeiras e da interação, elevou-se a concepção de criança à condição de sujeito protagonista no seu processo de aprendizagem.

REFERENCIAL CURRICULAR NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

O Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (1998) é parte de um conjunto de documentos dos Parâmetros Curriculares Nacionais elaborados pelo Ministério da Educação (MEC). O RCNEI surgiu após a reunião de análises e de propostas oriundas de debates em diversos estados, bem como a nível nacional, promovidos por estudiosos da educação, que intencionavam diagnosticar a realidade da Educação Infantil no Brasil e propor um guia de orientação sobre os objetivos e os conteúdos a serem ensinados/aprendidos nessa etapa de ensino.

Quando da publicação do RCNEI, a educação de crianças pequenas, institucionalizada em creches e nas chamadas “pré-escolas”, ainda era fortemente marcada pela concepção assistencialista da Educação Infantil. O propósito dessas instituições, inicialmente, era atender crianças de baixa renda, dentro de um contexto histórico de uma sociedade complexa, com novas organizações familiares. Sobretudo a inserção da mulher no mercado de trabalho fez urgir a necessidade de um ambiente seguro, onde os bebês recebessem os cuidados de que precisassem (BRASIL, 1998).

Na prática, tal concepção revelava-se como obstáculo à liberdade e ao desenvolvimento das capacidades e da autonomia das crianças, já que as concepções nela baseadas “compreendem a criança pequena como frágil, carente, dependente e passiva.” (BRASIL, 1998, p. 19). Desse modo, o RCNEI contemplou a urgência em eliminar essa concepção assistencialista da Educação Infantil.

O Referencial Curricular surgiu, então, para reformular essas e outras concepções sobre a educação institucional infantil, sobre seus objetivos, seus agentes e sobre as aprendizagens nela desenvolvidas, servindo de manual para profissionais que lidam com a educação escolar de crianças pequenas.

Além da concepção de criança em si, o primeiro volume do RCNEI aborda inúmeras concepções pertinentes à Educação Infantil, tais como: educar, cuidar, brincar, aprendizagens orientadas diretamente pelo professor, interação, diversidade e individualidade, reconhecer e considerar os conhecimentos prévios das crianças, propiciar situações pedagógicas que estimulem a resolução de problemas por parte das crianças, da necessidade de que tais situações e brincadeiras tenham proximidade com as práticas sociais reais, da educação das crianças com necessidades especiais, deliberações sobre a organização do RCNEI por idade, em âmbitos e eixos, bem como dos componentes curriculares, dos

objetivos gerais da Educação Infantil e das condições externas e internas necessárias à instituição de Educação Infantil no alcance de seus objetivos.

O segundo volume do RCNEI versa sobre o âmbito de experiência da formação pessoal e social da criança na Educação Infantil, apresentando as concepções dos processos de fusão e diferenciação do eu com o outro, a importância da construção de vínculos, a expressão da sexualidade, bem como as aprendizagens por meio da imitação, do brincar, da apropriação da imagem corporal e da linguagem. Os objetivos e os conteúdos do eixo referente aos “processos de construção da Identidade e Autonomia das crianças” são estabelecidos e detalhados, conforme cada grupo de faixa etária.

No terceiro volume, são explorados os seis eixos de trabalho referentes ao âmbito de conhecimento de mundo, são eles: movimento, música, artes visuais, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, matemática. Cada um dos tópicos traz considerações relevantes quanto ao eixo de trabalho, seus objetivos e conteúdos, sugestões, ideias e práticas recorrentes já testadas e eficazes na educação infantil, além de orientações gerais para o professor sobre a observação, o registro e avaliação formativa das atividades relacionadas ao eixo.

É importante ressaltar que os eixos possuem inter-relações e somente de forma integrada garantem o desenvolvimento das aprendizagens esperadas. No entanto, o eixo “Linguagem oral e escrita” aborda os preceitos e as orientações mais pertinentes ao ensino/aprendizagem de língua materna, que é o enfoque central do nosso objeto de estudo.

A LINGUAGEM NO RCNEI

No RCNEI é destacado o caráter socializador da linguagem, que enquanto mecanismo de interação, possibilita a apreensão de inúmeros aprendizados cognitivos e afetivos. O meio social é o *lócus* ideal para o desenvolvimento das quatro competências linguísticas básicas: falar, escutar, ler e escrever.

É por meio da linguagem que as crianças aprendem a se comunicar e expressar-se, criando vínculos umas com as outras e com os adultos. A linguagem propicia não somente a reflexão e obtenção de conhecimentos de diversas naturezas, mas também o desenvolvimento das habilidades necessárias à convivência e à plena integração do indivíduo na sociedade.

Ao mesmo tempo em que enriquece as possibilidades de comunicação e expressão, a linguagem representa um potente veículo de socialização. É na interação social que as crianças são inseridas na linguagem, partilhando significados e sendo significadas pelo outro. Cada língua carrega, em sua estrutura, um jeito próprio de ver e compreender o mundo, o qual se relaciona a características de culturas e grupos sociais singulares. Ao aprender a língua materna, a criança toma contato com esses

O faz de conta, a imitação, os gestos, os movimentos corporais, a música são minunciosamente abordadas no RCNEI, pois são manifestações de linguagens que expressam sentimentos, ideias e conhecimentos culturais múltiplos; e é por meio dessas e outras atividades lúdicas que a linguagem é assimilada. No entanto, à medida em que há contato com a linguagem oral e escrita, as capacidades de comunicação, expressão e de acesso ao mundo letrado pelas crianças se ampliam (BRASIL, 1998).

A respeito do aprendizado da linguagem oral e escrita na Educação Infantil, sobressaem-se duas perspectivas: uma que acredita que esse aprendizado decorre de um processo natural de maturação biológica e outra que acredita na necessidade de intervenção direta do adulto para a sua aprendizagem.

O RCNEI posiciona-se junto à teoria sociointeracionista de Lev Vygotsky (1984), que considera fundamentais a imersão em um contexto social e a intervenção do adulto no processo de aquisição da linguagem. Se todo ser humano já nasce com um sistema biológico capaz de desenvolver a linguagem, esta – para desenvolver – depende, também, de um ambiente socializador. Assim, a mediação do professor, a interação com outras crianças e com adultos, em um meio culturalmente linguístico é essencial ao desenvolvimento da linguagem humana.

Se por um lado os princípios de aprendizagem não são suficientes para explicar a rapidez com que as crianças desenvolvem a linguagem, por outro lado, a existência de um *dispositivo de aquisição da linguagem*, postulado por Noam Chomsky na década de 60, e inerente ao ser humano, não garante por si só o desenvolvimento linguagem humana (GODOY; SENNA, 2015). Assim, o desenvolvimento linguístico depende de um ambiente em condições favoráveis a este aprendizado.

Sendo a língua um construto sociocultural, a sua apreensão só pode ocorrer mediante a exposição do indivíduo a práticas sociais de comunicação em um determinado meio social. Um estudo feito por ALMEIDA LEITE *et al* (2015) topicaliza fatores socioculturais e econômicos que influenciam no processo de aquisição da escrita, tais como: os hábitos familiares de leitura e escrita, o acesso à tecnologia, o acompanhamento familiar da escolaridade da criança etc. Além desses, há fatores de natureza neurofisiológica. A respeito disso, GODOY e SENNA argumentam:

[...] a linguagem é uma faculdade psicológica que se sustenta em um suporte biológico. A atividade verbal se realiza por meio do funcionamento de uma série de sistemas neurofisiológicos altamente especializados. [...] Entretanto, não devemos pensar que essas peculiaridades anatômicas humanas sejam determinantes. (GODOY; SENNA, 2015, p. 28 e 29)

A interação social é essencial ao desenvolvimento das competências linguísticas. Quanto maior for a inserção do educando em práticas de oralidade e de escrita, mais eficaz será o seu desenvolvimento linguístico. Considerando o contexto familiar dos alunos da escola pública, é fundamental que a escola seja de fato um ambiente de educação formal capaz de favorecer o aprendizado, buscando estratégias de promoção de ambientes em que a leitura e a escrita se façam presentes de forma significativa (LEITE et al, 2015).

Exaltando a importância do papel mediador do professor no processo de aprendizado e de desenvolvimento da linguagem, o Referencial também ressalta a importância do papel da criança, censurando o caráter passivo com que se realizam as rodas de conversas, que mais parecem monólogos:

Apesar de serem organizadas com a intenção de desenvolver a conversa, se caracterizam, em geral, por um monólogo com o professor, no qual as crianças são chamadas a responder em coro a uma única pergunta dirigida a todos, ou cada um por sua vez, em uma ação totalmente centrada no adulto. (BRASIL, 1998, p. 119)

A mediação no processo de aprendizagem da linguagem exige também, e principalmente, a participação da criança enquanto sujeito ativo no seu processo de aprendizagem. Se por um lado a intervenção dos adultos nesse processo é necessária, por outro lado, é preciso dar espaço para que a criança assuma seu papel nesse processo. Assim, sob as circunstâncias certas, as crianças obterão o progresso essencial em direção à alfabetização e ao letramento.

Desse modo, os principais fazeres do papel do professor na Educação Infantil consistem em instigar, mediar e escolher diversas práticas, brincadeiras e atividades de interação para que a criança alcance os saberes necessários para seu desenvolvimento no mais diversos aspectos.

A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

Embora versem sobre o mesmo assunto geral, o RCNEI (1998) e BNCC para Educação Infantil (2017) são documentos que se distinguem quanto aos seus propósitos específicos, às concepções neles contempladas e quanto à organização e abordagem dos conteúdos. De caráter instrumental, pedagógico e não obrigatório, o RCNEI destinava-se aos profissionais da Educação Infantil, tendo por escopo orientar a atuação destes no exercício de cuidar e de educar crianças de zero a seis anos.

Diferentemente, a Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil propõe-se a figurar enquanto documento norteador (base, como o próprio nome sugere) para os profissionais da Educação na elaboração dos currículos de suas respectivas instituições, no processo de ensino/aprendizagem de crianças de 0 a 5 anos e 11 meses, dividindo-as por faixa etária em três grupos: bebês (zero a 1 ano

e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses).

Ao contrário do RCNEI, que servia como guia orientador, a BNCC tem caráter normativo e vinculante, isto é, orienta as instituições da Educação Básica pública a adotarem seus preceitos, colocando às aprendizagens essenciais enquanto direitos:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE). (BRASIL, 2017, p. 7)

No RCNEI, a concepção de criança é posta como “um sujeito social e histórico, que faz parte de uma organização familiar que está inserida em uma sociedade, com uma determinada cultura, em um determinado momento histórico.” Embora defenda que a Educação Infantil deve propiciar autonomia e condições de expressão por parte das crianças, o Referencial coloca a criança mais como um ser marcado pelo meio social no qual se desenvolve, ou seja, mais como um receptor de estímulos, dependente do meio para desenvolver-se do que como agente.

A BNCC, por outro lado, confere à criança uma concepção mais autônoma, encarando-a em sua plena capacidade de intervir no meio e no seu próprio processo de desenvolvimento, participando ativamente, construindo o seu saber a partir de suas experiências e conhecimentos prévios e extraescolares:

Essa concepção de criança como ser que observa, questiona, levanta hipóteses, conclui, faz julgamentos e assimila valores e que constrói conhecimentos e se apropria do conhecimento sistematizado por meio da ação e nas interações com o mundo físico e social não deve resultar no confinamento dessas aprendizagens a um processo de desenvolvimento natural ou espontâneo. Ao contrário, impõe a necessidade de imprimir intencionalidade educativa às práticas pedagógicas na Educação Infantil, tanto na creche quanto na pré-escola. (BRASIL, 2017, p. 38)

Apesar disso, o RCNEI alinha-se ideologicamente à BNCC, tendo em vista que ambos primam pela importância da interação e do meio para a aprendizagem da linguagem. Se a BNCC veio para determinar quais aprendizagens deveriam ser assimiladas em cada faixa etária da Educação Infantil e colocar a criança como

sujeito protagonista no processo de aprendizagem, o RCNEI já apontava para uma educação interacionista e tinha, sobretudo, a função de elencar “o quê” (conteúdos) e sugerir o “como” isso deveria ser feito. Por isso, os dois documentos mais se complementam do que se distinguem.



A LINGUAGEM NA BNCC

A abordagem da BNCC quanto ao aprendizado da linguagem, assim como no RCNEI, considera fundamentais o meio e as situações sociointeracionais. Nos primeiros meses de vida, a comunicação dos bebês se dá por meio de gestos e movimentos corporais. À medida em que vão crescendo e interagindo com o meio e com os outros, as crianças vão adquirindo e ampliando o seu vocabulário. Por isso esse processo não pode ser dissociado do contexto social de interação.

A BNCC ressalta a importância de estimular a participação das crianças em experiências de fala e escuta, através da contação de histórias, da promoção de diálogos e de narrativas interativas. O contato com os diversos tipos de textos – orais e escritos – instiga o interesse das crianças pelo universo da linguagem. Isso porque a aprendizagem das habilidades comunicativas das crianças depende em grande parte dessa inserção na cultural oral e escrita.

Logo, a BNCC coaduna com o sociointeracionismo (VYGOTSKY, 1984) e opõe-se à teoria inatista (Chomsky), na medida em que considera que a criança tem um papel ativo na construção do seu conhecimento, mas precisa da interação com o externo e com o outro para desenvolvê-lo. Assim, o aprendizado da linguagem oral e escrita se dá em situações reais de uso, dentro de um contexto interativo, permitindo a atuação da criança nesse processo.

Vygotsky (1984) defende que, durante o desenvolvimento da criança, ocorre a passagem da linguagem egocêntrica para uma linguagem social, na qual o outro tem papel essencial na concretização da ação. No entanto, essa transição não implica a eliminação do subjetivo, do individual, pois ele se mantém em uma relação constante e dinâmica com o exterior.

A concepção de língua subjacente à BNCC é a de que a língua é – mais do que um sistema estruturado e do que instrumento de comunicação – uma prática social na qual o indivíduo não é mero receptor de estímulos, mas sim sujeito ativo, que constrói sentidos, elabora hipóteses, interage, intervém e aprende com o outro.

Os objetivos de aprendizagem na BNCC demonstram a tentativa de se erradicar o “instrucionismo” da prática escolar: o professor deve figurar como colaborador no processo de aprendizagem da criança. Ele não pode - nem deve - ser voz única na sala de aula, não pode assumir o papel daquele que transmite seus conhecimentos de forma unilateral. É preciso que o professor tenha em mente que “(...) ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção.” (FREIRE, 2003, p. 47)

A contribuição mais significativa da BNCC para a Educação Infantil consiste justamente nessa concepção construtivista da aprendizagem, que coloca a criança como agente construtor do seu saber, determinando que esse processo deve se dar de forma contextualizada e significativa:

Tendo em vista os campos de aprendizagens e as competências gerais da Educação Básica propostas pela BNCC, os seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento asseguram, na Educação Infantil, as condições para que as crianças aprendam em situações nas quais possam desempenhar um papel ativo, em ambientes que as convidem a vivenciar desafios e a sentirem-se provocadas a resolvê-los, nas quais possam construir significados sobre si, os outros e o mundo social e natural (BNCC, 2017).

Sobre os seis direitos de aprendizagem, cumpre ressaltar o direito de “expressar como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades, emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões, questionamentos, por meio de diferentes linguagens” (BRASIL, 2017, p. 38). Trata-se de uma percepção da criança como sujeito interacional, que tem direito a participar ativamente do seu processo educacional.

Além disso, a BNCC também estabelece o direito de participar ativamente, com adultos e outras crianças, do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo professor, da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens e elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando (BRASIL, 2017).

Na BNCC, a criança é percebida enquanto sujeito ativo, capaz de interagir e de intervir socialmente. Ao invés de receptáculo de conhecimentos, a criança atua e intervém de maneira significativa na construção do seu próprio aprendizado.

A aprendizagem no ambiente escolar precisa acontecer de forma significativa, de modo que o conhecimento prévio, os interesses, as opiniões e as experiências dos alunos devem ser considerados, relacionados e assimilados para a obtenção de novos conhecimentos. A apropriação de novos saberes só tem significado – e eficácia – quando estes mantêm relações com os saberes adquiridos a partir da vivência/experiência. (DAHER, 2008)

Um dos principais conceitos de Vygotsky é o da zona de desenvolvimento proximal, segundo o qual o adulto (professor) atua como mediador no processo de aprendizagem da criança entre o conhecimento que a criança já possui e o conhecimento em desenvolvimento: “aquilo que é a zona de desenvolvimento proximal hoje, será o nível de desenvolvimento real amanhã - ou seja, aquilo que uma criança pode fazer com assistência hoje, ela será capaz de fazer sozinha amanhã” (VYGOTSKY, 1984, p. 98).

Os documentos em análise amparam-se também na teoria interacionista construtivista de Piaget (1986), sem com ela contradizer-se. Segundo esse estudioso do desenvolvimento da criança, a inteligência desta não surge como um mecanismo completo num dado momento do seu desenvolvimento cognitivo, mas

sim como um processo contínuo associado a outros processos adquiridos ou inatos que vão se desenvolvendo concomitantemente.

A aquisição da linguagem é considerada como resultado tanto da maturidade cognitiva adquirida pela criança em determinada fase de seu desenvolvimento, quanto do seu ambiente social. Depende, portanto, da convergência de múltiplos fatores: cognitivos, biológicos, sociais, linguísticos etc.

A BNCC, entretanto, privilegia a teoria sociointeracionista de Vygotsky, na qual o papel do ambiente linguístico-social é fator essencial. Ao estipular os objetivos de aprendizagens fundamentais para cada faixa etária desse processo, e definindo as brincadeiras e as atividades interativas como meio, a BNCC visa promover o desenvolvimento integral da linguagem.

O EIXO DE TRABALHO “LINGUAGEM ORAL E ESCRITA” (RCNEI) E O CAMPO DE EXPERIÊNCIA “ESCUTA, FALA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO” (BNCC – EDUCAÇÃO INFANTIL)

As orientações mais pertinentes ao ensino de língua materna no RCNEI encontram-se no eixo de trabalho “Linguagem oral e escrita”, enquanto na BNCC estão presentes no campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação”. Estes são os focos centrais de nosso objeto de estudo.

A principal distinção entre a abordagem do RCNEI e da BNCC é que nesta os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento são organizados em três faixas etárias: bebês (zero a 1 ano e 6 meses), crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses) e crianças pequenas (4 anos a 5 anos e 11 meses); já no RCNEI os objetivos, os conteúdos e as orientações didáticas são organizados em duas faixas etárias: crianças de zero a três anos e crianças de quatro a seis anos. Nos dois documentos, essa divisão em faixa etária não deve ser encarada de forma inflexível, tendo em vista as peculiaridades de desenvolvimento de cada criança.

Antes mesmo de aprenderem a ser comunicar por meio de palavras, os bebês emitem sons que correspondem a tentativas de comunicação (GODOY; SENNA, 2015). Isso porque o processo de aprendizagem da linguagem oral ocorre gradativamente e vai além de memorização de sons e de palavras, mas envolve associações dentro do contexto comunicativo, na inserção da criança em situações comunicativas reais e significativas.

Do mesmo modo, o contato com a linguagem escrita se dá desde cedo, no qual as crianças reconhecem palavras e textos, formulando hipóteses e perguntas que demonstram sua percepção da existência de um significado nesse código.

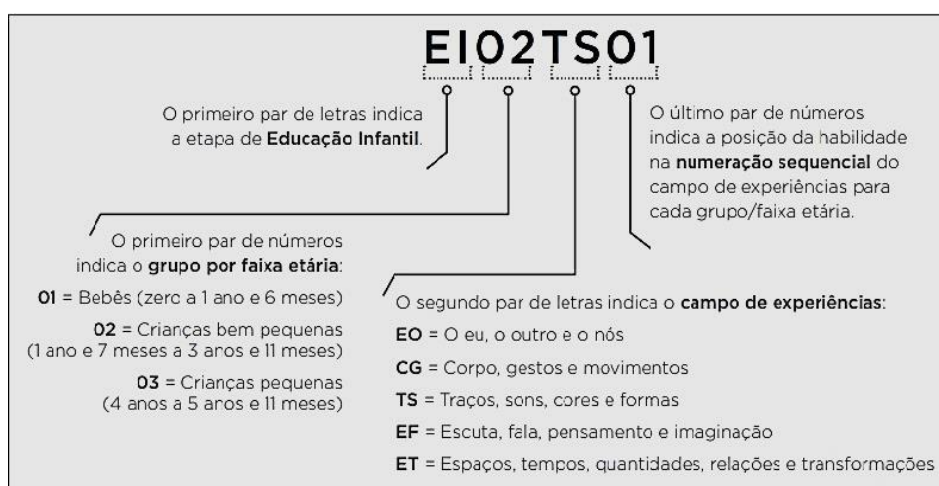
Para compararmos os objetivos trazidos pela BNCC da Educação Infantil com os objetivos do RCNEI quanto à linguagem, tomaremos as duas faixas etárias do RCNEI, que na BNCC são reorganizadas em três – sendo a primeira e boa parte da segunda equivalentes à primeira faixa etária do RCNEI e a última equivalente à segunda faixa etária do RCNEI.

a. Crianças de zero a três anos

No RCNEI, os objetivos de aprendizagem para as crianças de zero a três anos são três:

- I- Participar de variadas situações de comunicação oral, para interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral, contando suas vivências;
- II- Interessar-se pela leitura de histórias;
- III- Familiarizar-se aos poucos com a escrita por meio da participação em situações nas quais ela se faz necessária e do contato cotidiano com livros, revistas, histórias em quadrinhos etc. (BRASIL, p. 113)

Na BNCC, essa faixa etária está segmentada em duas: bebês e crianças bem pequenas. Cada habilidade correspondente a cada objetivo de aprendizagem de cada faixa etária tem um código alfanumérico, composto de acordo com a figura abaixo:



Fonte: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base> (BRASIL, 2017, p. 26)

O objetivo EI01EF06 (“comunicar-se com outras pessoas usando movimentos, gestos, balbucios e outras formas de expressão”) e o objetivo EI02EF06 (“criar e contar histórias oralmente com base em imagens ou temas sugeridos”) correspondem analogicamente ao objetivo I (“participar de variadas situações de comunicação oral...”) do RCNEI, pois os diálogos criados a partir dessa interação levarão à criança a tentativas de articulação de fonemas e de palavras ouvidos na contação de história, nas brincadeiras, nos momentos de higiene e alimentação, entre outras situações que possibilitarão, inclusive, relacionar gestos e movimentos a palavras e enunciados.

O objetivo II (“Interessar-se pela leitura de histórias”) do Referencial nessa faixa etária aparece na BNCC mais explorado e ampliado: na faixa etária dos bebês,

equivale aos objetivos EI01EF02 (“Demonstrar interesse ao ouvir a leitura de poemas e a apresentação de músicas.”), EI01EF03 (“Demonstrar interesse ao ouvir histórias lidas ou contadas, observando ilustrações e os movimentos de leitura do adulto-leitor - modo de segurar o portador e de virar as páginas.”) e EI01EF08 (“Participar de situações de escuta de textos em diferentes gêneros textuais - poemas, fábulas, contos, receitas, quadrinhos, anúncios etc.”).

Quanto ao objetivo III do RCNEI (“familiarizar-se aos poucos com a escrita por meio da participação em situações nas quais ela se faz necessária e do contato cotidiano com livros, revistas, histórias em quadrinhos etc.”), na BNCC há dois objetivos equivalentes: o EI01EF07 (“conhecer e manipular materiais impressos e audiovisuais em diferentes portadores – livro, revista, gibi, jornal, cartaz, CD etc.”) e o EI01EF09 (“conhecer e manipular diferentes e instrumentos e suportes de escrita”).

Os objetivos EI02EF01 (“Dialogar com crianças e adultos, expressando seus desejos, necessidades, sentimentos e opiniões.”) e EI03EF01 (“Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita - escrita espontânea-, de fotos, desenhos e outras formas de expressão.”), sendo o primeiro correspondente à faixa etária dos bebês (zero a 1 ano e 6 meses) e o segundo à faixa etária das crianças bem pequenas (1 ano e 7 meses a 3 anos e 11 meses), correspondem ao objetivo I do RCNEI: “Participar de variadas situações de comunicação oral, para interagir e expressar desejos, necessidades e sentimentos por meio da linguagem oral, contando suas vivências.”.

A semelhança entre os objetivos de aprendizagem e desenvolvimento do campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação” da BNCC e os objetivos presentes no RCNEI é notável, de modo que podemos perceber a quase que transcrição literal de termos e trechos.

Os objetivos do RCNEI são semelhantes aos nove objetivos presentes no campo de experiência “escuta, fala, pensamento e imaginação”, de modo que mais parecem um detalhamento deles. Assim, os objetivos da primeira faixa etária no RCNEI são mais detalhados na BNCC ao longo dos objetivos de aprendizagem da faixa dos *bebês* e das *crianças bem pequenas*, demonstrando maior atenção com os objetivos de aprendizagem desse grupo etário.

É possível afirmar que os objetivos de aprendizagem da BNCC que equivalem aos objetivos da primeira e a segunda faixa etária do RCNEI não se contradizem quanto à idade, pois se incluem quase que completamente dentro da faixa etária prevista no Referencial. Isso porque as pesquisas de psicolinguística demonstram que o desenvolvimento dessas habilidades ocorre mais ou menos durante essa faixa etária (zero a três anos).

No capítulo nomeado *aquisição da linguagem*, GODOY e SENNA (2015) explicam os diferentes estágios do desenvolvimento fonológico, morfológico, sintático e lexical de acordo com a faixa etária, que se inicia desde a primeira semana de vida, com o choro, passando por diversas fases até chegar ao desenvolvimento completo da fala. Quanto à aquisição da escrita, os estudos de TEBEROSKY e FERREIRO (1999) são referências na pesquisa sobre as fases desse processo de aprendizagem.

Os objetivos da BNCC e do RCNEI são equivalentes quanto ao grupo etário porque é nesse interim que a cultura escrita começa a ser introduzida progressivamente na vida escolar. Ainda que os dois documentos tenham organizado tais habilidades em faixas etárias específicas, não há uma data precisa na idade da criança para que tal aprendizado esteja completo. Essas divisões são apenas panorâmicas, e estabelecem uma margem de faixa etária com base em estudos com crianças inseridas em comunidade humana e saudáveis, conforme postulam GODOY e SENNA:

É importante observar que, tanto no desenvolvimento da fala, como no desenvolvimento de qualquer outro tipo de aprendizagem (sentar, andar, agarrar etc.), as etapas se fundem e não podem ser distinguidas por datas e momentos; além disso, diferentes crianças passam por essas etapas em idades ligeiramente diversas e a duração de cada etapa de desenvolvimento também é individual. Entretanto, todas as crianças consideradas “normais”, que não têm sérias patologias anatômicas, fisiológicas ou neurológicas específicas, obrigatoriamente passam por todas as etapas do desenvolvimento da fala e da linguagem. (GODOY; SENNA, 2015, p. 42)

b. Crianças de quatro a seis anos

O RCNEI elenca seis objetivos de aprendizagem para as crianças de quatro a seis anos:

- I- Ampliar gradativamente suas possibilidades de comunicação e expressão, interessando-se por conhecer vários gêneros orais e escritos e participando de diversas situações de intercâmbio social nas quais possa contar suas vivências, ouvir as de outras pessoas, elaborar e responder perguntas;
- II- Familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário;
- III- Escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor;
- IV- Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional;
- V- Reconhecer seu nome escrito, sabendo identificá-lo nas diversas situações do cotidiano;
- VI- Escolher os livros para ler e apreciar. (BRASIL, 2017, p. 113)

Os objetivos da terceira faixa etária da BNCC para a Educação Infantil, tais como o EI03EF01 (“Expressar ideias, desejos e sentimentos sobre suas vivências, por meio da linguagem oral e escrita - escrita espontânea -, de fotos, desenhos e

outras formas de expressão.”), o EI03EF06 (“Produzir suas próprias histórias orais e escritas (escrita espontânea), em situações com função social significativa.”) e o EI03EF09 (“Levantar hipóteses em relação à linguagem escrita, realizando registros de palavras e textos, por meio de escrita espontânea.”) são semelhantes ao que propõe o objetivo I do RCNEI nessa faixa – quatro a seis anos.

O objetivo II (“Familiarizar-se com a escrita por meio do manuseio de livros, revistas e outros portadores de texto e da vivência de diversas situações nas quais seu uso se faça necessário.”) e o objetivo VI do RCNEI (“Escolher os livros para ler e apreciar.”) estão presentes na BNCC nos seguintes objetivos: EI03EF08 (“Selecionar livros e textos de gêneros conhecidos para a leitura de um adulto e/ou para sua própria leitura...”) e EI03EF07 (“Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.”).

O objetivo III (“Escutar textos lidos, apreciando a leitura feita pelo professor.”) do RCNEI equivale ao objetivo EI03EF07 (“Levantar hipóteses sobre gêneros textuais veiculados em portadores conhecidos, recorrendo a estratégias de observação gráfica e/ou de leitura.”), assim como o objetivo IV (“Interessar-se por escrever palavras e textos ainda que não de forma convencional.”) possui relação com os objetivos EI03EF06 e EI03EF09 (já especificados acima).

Além dos objetivos, o RCNEI traz um conjunto de conteúdos e orientações didáticas para o professor da educação infantil. A BNCC, contudo, fornece uma série de objetivos de aprendizagem fundamentados em seis direitos de desenvolvimento e de aprendizagem específicos a esta fase da formação da criança.

Diante do exposto, é notável a diferença em extensão entre os documentos, o primeiro é detalhista e traz inúmeras disposições, concepções, conteúdos e sugestões, enquanto o outro se propõe a definir de forma sucinta e específica quais os objetivos devem conduzir a elaboração dos currículos nas instituições de ensino infantil fundamentando-os em direitos de aprendizagem que contemplam a criança em seu caráter ativo, dialógico, crítico e subjetivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O RCNEI traz orientações pedagógicas diversas aos professores e trata desde o processo de aprendizagem de conhecimentos e do desenvolvimento das capacidades das crianças aos cuidados com os “aspectos biológicos do corpo, como a qualidade da alimentação e dos cuidados com a saúde” (BRASIL, 1998, vol. 1, p. 24). Já a BNCC visa garantir os direitos de aprendizagens necessários a cada faixa etária de cada etapa da vida escolar e em uma perspectiva sociointeracionista.

A maior parte das considerações e sugestões presentes no RCNEI continua válida e útil ao exercício do professor da Educação Infantil, de modo que a BNCC - embora venha trazer as bases que devem regulamentar os conteúdos a serem abordados em cada etapa da Educação Básica - não revoga de todo os documentos que a precedem, mas os complementa.

Para a elaboração do currículo das instituições de ensino, o documento oficialmente válido como norma é a BNCC. No entanto, nada impede que os profissionais da área busquem sugestões de atividades didático-pedagógicas em documentos precedentes que compactuam com as disposições da BNCC. Sobretudo porque a BNCC, quanto à Educação Infantil, é bem sucinta.

Percebemos que, quanto ao processo de ensino-aprendizagem da linguagem oral e escrita, os dois documentos estão alinhados na mesma direção e trazem objetivos muito semelhantes. Por vezes, trechos e termos presentes nos objetivos do RCNEI se fazem inscritos de forma literal nos objetivos de aprendizagem da BNCC para a Educação Infantil. No entanto, anterior ao texto sobre os objetivos, há orientações na BNCC que determinam que seja dada maior importância à criança nesse processo, enfatizando, assim, o papel de protagonista do educando na construção do seu conhecimento.

Notas

¹ A discussão apresentada neste estudo analisa a versão da BNCC de 2017. A partir de 2018, com a inserção das disposições concernentes à etapa do Ensino Médio, o documento passa a ser único, contemplando toda a educação básica. (BRASIL, 2018).

Referências

LEITE, Karoline Kussik Almeida *et al.* *Fatores socioculturais envolvidos no processo de aquisição da linguagem escrita*. Revista CEFAC. 2015, 17(2), 492-501. ISSN: 1516-1846. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=169338410019> Acesso em: 07 de maio de 2020

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular – BNCC*. Brasília, 2017.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI*. Brasília: MEC, 1998. v. 1

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI*. Brasília: MEC, 1998. v. 2

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. *Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI*. Brasília: MEC, 1998. v. 3

DAHER, Alessandra Ferreira Beker. *Aluno e professor: protagonistas do processo de aprendizagem*. PMCG, 2008.

FERREIRO, Emília; TEBEROSKY, Ana. *Psicogênese da língua escrita*. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

GODOY, Elena; SENNA, Luiz Antonio Gomes. *Psicolinguística e letramento*. Curitiba: IBPEX, 2015.

MACHADO, Marco Aurélio Cosmo; SANTOS, Maria Luzimar Fernandes dos. Sociointeracionismo: pressupostos teóricos para o embasamento de práticas escolares em leitura e escrita. *Entrepalavras*, v. 5, p. 129-147, 2015.

PIAGET, Jean. *O nascimento da inteligência da criança*. Editora Crítica: São Paulo, 1986.

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1984.

Para citar este artigo

BRITO, Sabrina Nayara de Lima; RODRIGUES, Cicera Fernandes de Sousa; MARTINS, Shalatiel Bernardo. O ensino da língua materna na educação infantil à luz da Base Nacional Comum Curricular (2017): uma análise comparativa com o referencial curricular nacional para a educação infantil (1998). *Miguilim – Revista Eletrônica do Netlli*, Crato, v. 9, n. 2, p. 103-119, maio-ago. 2020.

Os autores

Sabrina Nayara de Lima Brito é Graduada em Letras pela Universidade Regional do Cariri.

Cicera Fernandes de Sousa Rodrigues é Graduada em Letras pela Universidade Regional do Cariri.

Shalatiel Bernardo Martins é Professor da Universidade Regional do Cariri e coordenador do PIBID-Letras